

Brasileículos Companhia de Seguros

CNPJ 01.356.570/0001-81



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasileículos Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
A Brasileículos Companhia de Seguros atua no segmento de seguros de automóveis, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.
Em 06 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.
Prêmios emitidos
No exercício de 2017, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 1.518,3 milhões, retração de 4,6% em relação ao ano anterior, em função do ambiente competitivo e consequente queda nas vendas de seguros e, também pelo decréscimo de 39,0% observado na carteira de DPVAT, devido à redução na tarifa efetuada pela Seguradora Líder.
Despesas administrativas
No exercício de 2017, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 14,0%, com redução de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior.

O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela Companhia, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes.

Desempenho financeiro
O resultado financeiro totalizou 110,7 milhões com redução de 23% em relação ao ano anterior.

Índice combinado
O índice combinado no exercício de 2017 foi de 99,2%, aumento de 0,7 p.p. em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2017 foi de 92,4%, aumento de 1,5 p.p. em relação ao ano anterior.

Lucro líquido e por ação
A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 83,8 milhões, retração de 27,4% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 1,15 em 2017 e R\$ 1,59 em 2016.

Investimentos e novos negócios
A Companhia fez investimentos no montante de R\$ 16,1 milhões no exercício de 2017, destinados a sistemas de informática.

Distribuição de dividendos
No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 101,0 milhões, na forma de dividendos e de juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 65,8 milhões e R\$ 35,2 milhões, respectivamente,

em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 08 de março, 02 de junho, 04 de julho, 15 de agosto, 1º de setembro, 04 de outubro, 06 de novembro e 04 de dezembro de 2017.

Conforme previsto no Estatuto da Brasileículos Companhia de Seguros, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 461,9 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Prêmios emitidos	24b	1.518.306	1.591.051
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(17.560)	120.411
(=) Prêmios ganhos	24a	1.500.746	1.711.462
(+) Receita com emissão de apólices		4.518	4.947
(-) Sinistros ocorridos	24c	(1.036.430)	(1.191.472)
(-) Custos de aquisição	24d	(183.109)	(199.268)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	24e	(44.468)	(51.320)
(-) Despesas administrativas	24f	(210.495)	(236.056)
(-) Despesas com tributos	24g	(12.537)	(10.901)
(+) Resultado financeiro	24h	110.695	143.727
(+) Receitas Financeiras		149.846	205.815
(-) Despesas Financeiras		(39.151)	(62.088)
(+) Resultado patrimonial		87	135
(=) Resultado operacional		129.007	171.254
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		200	6.000
(=) Resultado antes dos impostos e participações		129.207	177.254
(-) Imposto de renda	25a	(21.441)	(33.138)
(-) Contribuição social	25a	(17.487)	(26.661)
(-) Participações sobre o resultado		(6.502)	(2.080)
(=) Lucro líquido do exercício		83.777	115.375
(/) Quantidade de ações		72.762.823	72.762.823
(=) Lucro líquido por ação - R\$		1,15	1,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	83.777	115.375
Outros resultados abrangentes	328	1.346
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	596	2.448
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(268)	(1.102)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	84.105	116.721
Atribuível aos acionistas		
Controladores	84.105	116.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	83.777	115.375
Ajustes para:	37.329	(58.008)
Depreciação e amortizações	15.240	13.742
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(4.615)	(2.589)
Variações das provisões técnicas	20.409	(97.974)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(5.123)	11.940
Ganhos e perdas na alienação de imobilizado	(200)	(6.000)
Ativos fiscais diferidos	11.618	22.873
Variação nas contas patrimoniais:	2.015	187.511
Aplicações	(22.608)	65.381
Créditos das operações de seguros e resseguros	(13.945)	143.316
Créditos tributários e previdenciários	(19.668)	(15.615)
Despesas antecipadas	154	(216)
Outros ativos	33.556	90.020
Depósitos judiciais e fiscais	(33.612)	(43.777)
Impostos e contribuições	28.298	29.835
Obrigações a pagar	1.685	(20.098)
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.338	(21.441)
Depósitos de terceiros	(3.791)	7.831
Provisões técnicas - seguros	2.916	(57.658)
Provisões judiciais	25.044	26.465
Outros passivos	(680)	(17.878)
Ajuste a valor justo - Títulos disponível para venda	328	1.346
Caixa gerado pelas operações	123.121	244.878
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(6.660)	(17.400)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(14.408)	(17.630)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	102.053	209.848
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	552	8.537
Investimentos	84	1.151
Imobilizado	302	7.172
Intangível	166	214
Pagamento pela compra:	(16.742)	(28.004)
Imobilizado	(182)	(299)
Intangível	(16.560)	(27.705)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(16.190)	(19.467)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(95.720)	(185.508)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(95.720)	(185.508)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.857)	4.873
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.144	5.271
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	287	10.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		1.629.850	1.332.845	Circulante		1.412.419	1.436.228
Disponível		287	10.144	Contas a pagar		135.861	111.610
Caixa e bancos		3	-	Obrigações a pagar	14a	65.647	56.855
Investimentos - equivalente de caixa		284	10.144	Impostos e encargos sociais a recolher	14b	45.572	44.088
Aplicações	5	756.835	445.848	Encargos trabalhistas		4.988	1.869
Créditos das operações com seguros e resseguros		603.688	593.233	Impostos e contribuições	15	8.461	1.231
Prêmios a receber	7	603.688	593.233	Outras contas a pagar		11.193	7.567
Outros créditos operacionais	8	17.277	12.907	Débitos de operações com seguros e resseguros		83.764	79.320
Títulos e créditos a receber		61.897	63.204	Prêmios a restituir		68	192
Títulos e créditos a receber	9	5.936	34.863	Operações com seguradoras		-	12
Créditos tributários e previdenciários	25b	41.164	21.735	Corretores de seguros e resseguros	16	83.608	79.084
Outros créditos	10	14.797	6.606	Outros débitos operacionais		88	32
Outros valores e bens		84.757	102.398	Depósitos de terceiros	17	25.126	28.917
Bens à venda	11	84.746	100.753	Provisões técnicas - seguros	18	1.167.668	1.216.381
Outros valores		11	1.645	Danos		1.165.790	1.214.309
Despesas antecipadas		927	1.081	Pessoas		1.878	2.072
Custos de aquisição diferidos	18	104.182	104.030	Passivo não circulante		901.890	804.812
Seguros		104.182	104.030	Contas a pagar		-	4
Ativo não circulante		1.179.250	1.430.614	Tributos diferidos		-	4
Realizável a longo prazo		1.105.377	1.357.891	Provisões técnicas - seguros	18	387.244	315.206
Aplicações	5	373.464	661.843	Danos		386.781	314.772
Créditos das operações com seguros e resseguros		11.233	2.572	Pessoas		463	434
Prêmios a receber	7	11.233	2.572	Outros débitos	22	514.463	489.602
Títulos e créditos a receber		695.658	673.425	Provisões judiciais	23	514.646	489.602
Créditos tributários e previdenciários	25b	86.459	97.838	Patrimônio líquido	22	494.791	522.419
Depósitos judiciais e fiscais	22	609.199	575.587	Capital social		335.319	335.319
Custos de aquisição diferidos	18	25.022	20.051	Reservas de lucros		159.521	187.477
Seguros		25.022	20.051	Ajustes com títulos e valores mobiliários		(49)	(377)
Investimentos		382	466				
Participações societárias		369	453	Total do passivo e patrimônio líquido		2.809.100	2.763.459
Outros investimentos		13	13				
Imobilizado	12	2.247	2.676				
Bens móveis		832	1.156				
Outras imobilizações		1.415	1.520				
Intangível	13	71.244	69.581				
Outros intangíveis		71.244	69.581				
Total do ativo		2.809.100	2.763.459				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

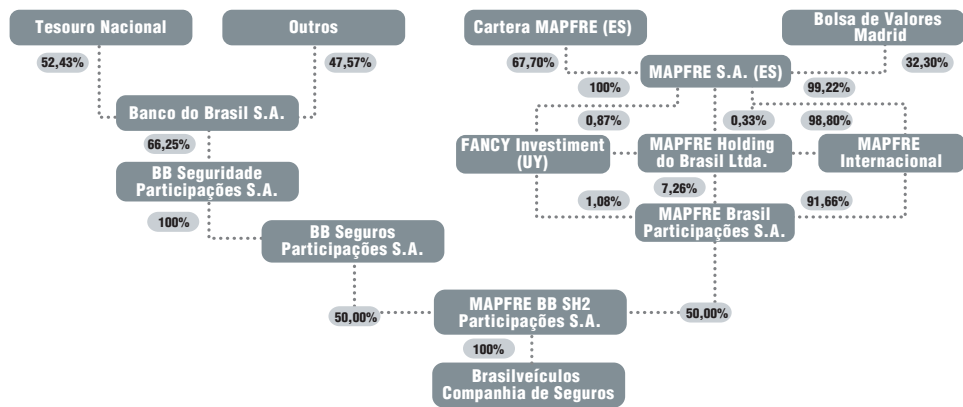
	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimento			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	335.319	57.649	205.953	(1.723)	-	597.198
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.346	-	1.346
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 25 de fevereiro de 2016	-	-	(31.800)	-	-	(31.800)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016	-	-	(39.000)	-	-	(39.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	(18.700)	-	-	(18.700)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	(62.050)	-	-	(62.050)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	-	-	(17.500)	(17.500)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	(22.450)	(22.450)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	115.375	115.375
Distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	5.769	-	-	(5.769)	-
Reserva de investimentos	-	-	69.656	-	(69.656)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	335.319	63.418	124.059	(377)	-	522.419
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	328	-	328
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	-	-	(4.400)	-	(4.400)	(4.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	(15.600)	-	-	(15.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	-	-	(24.000)	-	-	(24.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	-	-	(6.700)	-	-	(6.700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 1º de setembro de 2017	-	-	(5.400)	-	-	(5.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	(700)	-	-	(700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 06 de novembro de 2017	-	-	(3.500)	-	-	(3.500)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	-	-	-	-	(5.500)	(5.500)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	-	-	(9.400)	-	-	(9.400)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	(9.000)	-	-	(9.000)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	-	-	(6.000)	-	-	(6.000)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Juros sobre o capital próprio						

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilveículos Companhia de Seguros (doravante designada "Brasilveículos" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros em 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 26. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2018.
b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional: As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.
d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 3j, 3m, 18 e 21 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 3r e 24i - Arrendamento e determinação se um contrato contém um arrendamento; • Nota 5 - Aplicações; • Nota 7 - Prêmios a receber (Redução ao Valor Recuperável); • Nota 22 - Provisões judiciais; e • Nota 25b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e não esperamos impactos no GRUPO em virtude de nossos contratos serem de seguros. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e quando referendado pela SUSEP. A IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021 e quando referendado pela SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado os CPC's 47 e 48. As IFRS 16 e 17 ainda não foram referendados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis localmente.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.
a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
b) Aplicações e instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do exercício. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreendem os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentam adas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguro e resseguro", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5c. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3, Brasil, Bolsa, Balcão (Antiga BM&FBovespa). Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificados na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado.

d) Redução ao valor recuperável: *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrarão em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros:* A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, sobre os prêmios a receber diretos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, coseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Custos de Aquisição Diferidos, para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **f) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **g) Operações com o convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **h) Outros valores e bens:** É composto substancialmente por salvados a venda que são estimados e contabilizados, considerando o histórico de venda da Companhia com referência ao valor de mercado da tabela FIPE ou Molicar, líquido dos custos de venda. **i) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 17 meses. **j) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando os prazos divulgados na nota explicativa nº 12. **k) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 13. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação, correspondente ao período de risco a decorrer, calculado pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em nota técnica atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros, líquidos de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial,

e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e o aviso do sinistro. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros, e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETT) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste, foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 68,5% para a Companhia. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável, e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar esta obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ao valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **o) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas com inspeção de riscos e rastreadores. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Companhia não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato.

s) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente à R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão baseia a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e a avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto.

Região geográfica	2017		2016	
	Auto	%	Auto	%
Centro Oeste	238.555	16%	253.229	17%
Nordeste	336.582	23%	327.685	22%
Norte	61.574	4%	59.546	4%
Sudeste	582.477	40%	597.703	39%
Sul	254.902	17%	277.684	18%
Total	1.474.090	100%	1.515.847	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT respectivamente, no montante de R\$ 67.556 e R\$ 50.972 (R\$ 8.411) e R\$ 83.615 em 31 de dezembro de 2016). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise; as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR: simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Companhia poderia afetar o saldo de provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Sensibilidade	2017	
		Impacto patrimônio líquido/ no resultado (bruto de impostos)	(1.955) (50.304)
a. IBNR	Aumento Elevação de 5% do IBNR		(1.955)
b. Sinistralidade	Aumento Elevação de 5% na sinistralidade		(50.304)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição ao risco de crédito reduzida, uma vez que a Companhia opera com produto de característica massificada. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber para os ramos de riscos a decorrer que é o caso do automóvel é considerada menor uma vez que a cobertura não é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação no caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2017:

Ativos financeiros - rating	2017			
	AAA	AA+	AA-	Sem rating
Títulos de renda fixa públicos (*)	4.832	6.729	1.062.437	1.062.437
Debêntures	-	-	8.671	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	12.550	-	-	-
Letras financeiras	-	-	12.025	1.414
Total	17.382	6.729	1.083.133	1.414

Ativos financeiros - rating	2016			
	AAA	AA+	AA-	Sem rating
Títulos de renda fixa públicos (*)	4.817	10.160	1.025.671	1.025.671
Debêntures	-	-	11.770	29.096
Fundo de investimento em direitos creditórios	26.099	-	-	-
Outras aplicações	-	-	-	108
Total	30.886	10.160	1.025.671	11.770

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 363.165 (R\$ 230.709 em 31 de dezembro de 2016). (***) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's Fitch e Moody's. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de "Stress" como o teste de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de "Stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Companhia apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos agings do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

Ativo	2017			
	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Equivalentes de caixa	287	-	-	287
Aplicações (*)(***)	612.178	384.241	-	996.419
Créditos das operações com seguros e resseguros	603.688	11.233	-	614.921
Outros créditos operacionais	17.277	-	-	17.277
Títulos e créditos a receber (**)	20.733	-	-	20.733
Outros valores e bens	57.056	27.701	-	84.757
Despesas antecipadas	927	-	-	927
Custos de aquisição diferidos	104.182</			

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: • exigências para segregação adequada de funções; • exigências para o monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação; • desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para report de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados aos responsáveis pelas áreas auditadas, para melhoria de seus processos, bem como para conhecimento do Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A média que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital: Em atendimento à Resolução

SUSEP nº 360/2017 (alterada pela Resolução nº 343/2016), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

1. Ajustes contábeis	
Patrimônio Líquido	494.791
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(369)
Despesas antecipadas	(927)
Ativos intangíveis	(71.244)
Obras de arte	(1)
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	422.250
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	5.348
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	2.061
Ajustes econômicos (b)	7.409
3. Capital mínimo requerido	
Capital base - CB	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	303.256
Capital de risco de subscrição	260.408
Capital de risco de crédito	53.946
Capital de risco operacional	10.041
Capital de risco de mercado	7.323
Correlação entre os riscos	(28.462)
Capital mínimo requerido (c)	303.256
Suficiência de capital (d = a + b - c)	126.403
Suficiência de capital (d / c)	42%
Índice de Solvência [e = (a + b) / c]	1,42

Conforme disposições transitórias, alínea "a", parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução CNSP nº 321/2015 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponderá a 100% a partir de 31 de dezembro de 2017. As Normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta liquidez como se segue:

Capital de risco (a)	303.256
Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP nº 343/2016 - 20% sobre CR	60.651
Ativos livres - Nota explicativa nº 20 - (b)	163.869
Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2017 (b/a)	54,04%

5. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Hierarquia de valor justo	Vencimento				Ativos		Total				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Ganho/perda não realizado (G - F)	2017	%	2016	%
	(A)	(B)	(D)	(E)	(F)	(G)	(G - F)	(E)		(H)	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	374.485	10.778	133.879	522.142	521.789	522.142	353	522.142	46%	412.681	37%
Fundos de investimentos	364.935	10.778	133.879	509.592	509.239	509.592	353	509.592	98%	386.612	94%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	2.835	—	2.835	2.835	2.835	—	2.835	1%	1.800	0%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	1.770	7.944	9.714	9.361	9.714	353	9.714	2%	4.317	1%
Operações compromissadas (*)	1	363.165	—	363.165	363.165	363.165	—	363.165	71%	230.709	60%
DPVAT	1	—	—	133.880	133.880	133.880	—	133.880	26%	149.789	39%
Caixa/contas a pagar/contas a receber	1	—	—	(1)	(1)	(1)	—	(1)	0%	(3)	0%
Outros	1	—	(1)	(1)	(1)	(1)	—	(1)	0%	(3)	0%
Carteiras administradas	12.550	—	—	12.550	12.550	12,550	—	12,550	2%	26.069	6%
Fundos de investimentos em direitos creditórios (FDIC)	2	12.550	—	—	12.550	12.550	—	12.550	100%	26.069	100%
Ativos financeiros disponíveis para venda	26.944	119.335	—	146.279	146.368	146.279	(89)	146.279	13%	177.364	16%
Carteiras administradas	26.944	119.335	—	146.279	146.368	146.279	(89)	146.279	100%	177.364	100%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	—	90.967	90.967	90.900	90.967	(23)	90.967	62%	82.528	47%
Notas do tesouro nacional - Série B (NTN-B)	1	—	—	—	—	—	—	—	0%	28.998	16%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	—	—	—	—	—	—	—	0%	9.995	6%
Debêntures	2	26.944	14.929	41.873	41.990	41.873	(117)	41.873	29%	55.843	31%
Letras financeiras (LF)	2	—	13.439	13.439	13.388	13.439	51	13.439	9%	—	0%
Fundos de investimentos mantidos até o vencimento	207.749	254.129	—	461.878	461.878	471.602	9.724	461.878	41%	517.538	47%
Fundos de investimentos	207.749	254.129	—	461.878	471.602	471.602	9.724	461.878	100%	517.538	100%
Notas do tesouro nacional - Série B (NTN-B)	1	186.780	254.129	440.909	440.909	450.631	9.722	440.909	95%	431.481	83%
Notas do tesouro nacional - Série F (NTN-F)	1	20.969	—	20.969	20.969	20.971	2	20.969	5%	21.085	4%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	—	—	—	—	—	—	—	0%	64.972	13%
Outras aplicações	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	108	100%
Total	612.178	384.242	133.879	1.130.299	1.130.035	1.140.023	9.988	1.130.299	100%	1.107.691	100%

* Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotizações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT, são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3, Brasil, Bolsa, Balcão (Antiga BM&FBovespa), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	2017		2016	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro (LFT)	13,82%	13,40%	13,82%	13,40%
Notas do tesouro nacional - Série B (NTN-B)	5,62%	3,82%	6,82%	3,82%
Letras do tesouro nacional - Série F (NTN-F)	9,47%	9,47%	9,47%	9,47%
Letras do tesouro nacional (LTN)	13,31%	8,23%	13,31%	11,32%
Debêntures	0,75% a.a. a 111,50%	0,69% a.a. a 104,25%	1,15% a 111,50%	0,69% a 104,25%
Debêntures	107,50% do CDI	104,00% do CDI	0,00%	0,00%

e) Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 2016		Aplicações		Resgates		Ajuste valor justo		Rendimentos		Saldo em 2017	
	em 2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	em 2016	Rendimentos	em 2016	Rendimentos	em 2016	Rendimentos	em 2016	Saldo em 2017
Valor justo por meio do resultado	412.681	799.767	(736.160)	—	45.854	522.142	—	—	—	—	—	522.142
Disponíveis para venda	177.364	17.500	(64.551)	596	15.370	146.279	—	—	—	—	—	146.279
Mantidos até o vencimento	517.538	—	(91.657)	—	35.997	461.878	—	—	—	—	—	461.878
Outras aplicações	108	—	(108)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	1.107.691	817.267	(892.476)	596	97.221	1.130.299	—	—	—	—	—	1.130.299
Valor justo por meio do resultado	313.494	823.030	(780.151)	—	56.308	412.681	—	—	—	—	—	412.681
Disponíveis para venda	373.144	130.723	(372.136)	2.448	43.185	177.364	—	—	—	—	—	177.364
Mantidos até o vencimento	486.326	—	(23.753)	—	54.965	517.538	—	—	—	—	—	517.538
Outras aplicações	108	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	1.173.072	953.753	(1.176.040)	2.448	154.458	1.107.691	—	—	—	—	—	1.107.691

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, de taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. A utilização de derivativos (Futuro DI) está condicionada à avaliação do cenário macroeconômico. Apresentamos a seguir os instrumentos financeiros derivativos relativos a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	2017	
			Valor justo	Valor a receber/pagar
DI FUT - Vencimento até 180 dias (LTN)	(18)	1.771	1.770	—
DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN)	(1)	89	83	—
DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN)	(18)	1.771	1.626	(1)
DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN)	(8)	797	682	(1)
Total	(45)	4.428	4.161	(1)
Derivativos	Quantidade	Valor de referência	2016	
			Valor justo	Valor a receber/pagar
DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN)	(8)	797	715	—
DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN)	(4)	354	288	—
DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN)	(4)	354	258	—
Total	(16)	1.505	1.261	—

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

Ramos	2017		2016	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber líquido
Automóvel - Casco	424.733	(5.626)	419.107	409.743
R. C. facultativa veículos - RC/FV	123.182	(2.146)	121.036	107.332
Assistência e outras coberturas - Auto	67.726	(1.341)	66.385	73.854
Acidentes pessoais passageiros-APP	7.562	(193)	7.369	9.104
Auxílio funeral	931	(14)	917	1.322
Compreensivo residencial	107	—	107	112
Demais ramos	—	—	—	2
Total	624.241	(9.320)	614.921	610.296

(*) Redução do valor recuperável calculada conforme nota 3dii.

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta. O parcelamento médio dos prêmios a receber é de 180 dias.

a) Movimentação de prêmios a receber

	2017		2016	
	Saldo inicial	Prêmios emitidos	Saldo inicial	Prêmios emitidos
(+) Prêmios emitidos	1.630.921	1.696.789	1.630.921	1.696.789
(+) IOF	872	8.116	872	8.116
(+) Adicional de fracionamento	942	2.074	942	2.074
(-) Prêmios cancelados	(153.900)	(102.995)	(153.900)	(102.995)
(-) Recebimentos	(1.464.890)	(1.747.300)	(1.464.890)	(1.747.300)
Constituição/reversão de redução ao valor recuperável	5.171	2.619	5.171	2.619
Saldo final	614.921	595.805	614.921	595.805

b) Composição por prazo de vencimento

	2017		2016	
	Saldo	Vencidos	Saldo	Vencidos
A vencer até 30 dias	149.618	147.218	149.618	147.218
A vencer de 31 a 60 dias	101.576	102.461	101.576	102.461
A vencer de 61 a 120 dias	144.751	144.380	144.751	144.380
A vencer de 121 a 180 dias	87.449	85.218	87.449	85.218
A vencer de 181 a 365 dias	73.523	62.086	73.523	

